

EMPREENDEDORISMO E EMPODERAMENTO DA MULHER NA AGRICULTURA FAMILIAR: ESTUDO DE CASO NO NORDESTE PARAENSE, AMAZÔNIA BRASILEIRA

Helder Epifane Rodrigues¹
Marcos Antônio Souza dos Santos²
Marcos Ferreira Brabo³
Cyntia Meireles Martins⁴
Janayna Galvão de Araújo⁵

RESUMO:

Os esforços de empoderar e incentivar o movimento empreendedor das mulheres são importantes na promoção do desenvolvimento sustentável. Neste artigo estima-se um indicador multivariado para mensurar o nível de empreendedorismo e empoderamento de mulheres agricultoras familiares em dois municípios do Nordeste Paraense, Amazônia Brasileira. Utilizou-se análise fatorial exploratória para estimar o Índice de Empreendedorismo e Empoderamento da Mulher na Agricultura Familiar que foi estatisticamente significativo na identificação do perfil empreendedor e de empoderamento das agricultoras familiares. A maior proporção das mulheres entrevistadas apresentou nível médio de empreendedorismo e empoderamento, pois ainda persistem lacunas de gênero e privações de suas liberdades nos ambientes rurais. Estes resultados evidenciam a necessidade de políticas públicas e estratégias de ação voltadas à realidade local e o incentivo às iniciativas empreendedoras femininas, visando ampliar o empoderamento como forma de promover maior igualdade gênero e desenvolvimento rural.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Igualdade de gênero; Desenvolvimento rural.

ENTREPRENEURSHIP AND WOMEN EMPOWERMENT IN FAMILY AGRICULTURE: CASE STUDY IN THE NORTHEAST OF PARÁ, BRAZILIAN AMAZON

ABSTRACT:

Efforts to empower and encourage women's entrepreneurial movement are important in promoting sustainable development. In this paper, we estimate a multivariate indicator to measure the level of entrepreneurship and empowerment of women family farmers in two Pará Northeast municipalities, Brazilian Amazon. Exploratory factor analysis was used to estimate the Index of Entrepreneurship and Empowerment of Women in Family Farming, which was statistically significant in identifying the entrepreneurial and empowerment profile of women family farmers. The largest proportion of the women interviewed presented an average level of entrepreneurship and empowerment, as gender gaps and deprivations of their freedoms persist in rural environments. These results highlight the need for public policies and action strategies aimed at the local reality and the encouragement of female entrepreneurial initiatives, aiming to expand empowerment to promote greater gender equality and rural development.

Keywords: Family farming; Gender equality; Rural development.

¹ Mestre em Agronomia pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). E-mail: helder_erodrigues@yahoo.com.br.

² Doutor em Ciência Animal (UFPA). Professor da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). E-mail: marcos.marituba@gmail.com.

³ Doutor em Ciência Animal (UFPA). Professor da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: marcos.brabo@hotmail.com.

⁴ Doutora em Ciências Agrárias (UFRA). Professora da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). E-mail: cyntiamei@hotmail.com.

⁵ Doutora em Ecologia Aquática e Pesca (UFPA). Professora da Universidade do estado do Amapá (UEAP). E-mail: janaynagalvao@yahoo.com.br.

1 INTRODUÇÃO

A revolução industrial iniciada no século XVIII representa um importante ponto na linha histórica do processo da inserção da mulher no mercado de trabalho. É nesse período que se acentua o subemprego, problemática global que afeta homens e mulheres atingindo mais de 470 milhões de pessoas no mundo, segundo dados da *International Labour Organization* (ILO, 2020).

Na perspectiva da mulher, o subemprego é ainda mais característico e grave. Como pontua Muhammad Yunus (2003), prêmio Nobel da paz, em seu livro *o banqueiro dos pobres* - as mulheres raramente são consideradas agentes econômicos, são vítimas dos subempregos, estão sempre econômica e socialmente desfavorecidas.

No Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), as mulheres estão submetidas, principalmente, a desagregação ocupacional e a discriminação salarial. Essas assimetrias, quando se considera a mulher rural, são ainda mais limitantes, visto que elas vivem em um ambiente de invisibilidade, acumulando atividade produtiva e doméstica comumente não remunerada, quase sempre sem participação na tomada de decisão produtiva, além de um contexto de grandes lacunas no acesso à informação, assistência técnica, financiamentos e mercados, marcados pela desigualdade e discriminação (SILIPRANDI, 2012; RODRIGUES; GASPARI *et al.*, 2020) e que, segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, 2019), constitui uma das causas estruturais da pobreza rural.

Nesse contexto, o empreendedorismo pode ser visto como uma interessante estratégia de empoderamento e desenvolvimento rural. No Brasil, existe número crescente de iniciativas empreendedoras por partes das mulheres segundo o *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM, 2018). Essa tendência também é observada no meio rural, pois de acordo com a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG, 2017), as mulheres naturalmente são mais empreendedoras que os homens, além do trabalho rotineiro, dedicam-se ainda, a venda de produtos caseiros e artesanato, estando presentes em todas as cadeias do agronegócio brasileiro. Isso exerce efeitos positivos na vida dessas mulheres como geração de emprego, independência econômica, autoconfiança, liderança e interação social.

O empreendedorismo pode suscitar, a médio e longo prazo, mudanças na construção histórica, atuando como um meio catalizador na ampliação da participação da mulher no mercado de trabalho. A introdução e desenvolvimento de políticas e estratégias que estimulem iniciativas empreendedoras das mulheres, que estejam em conformidade com a realidade local e com as políticas ambientais globais são fundamentais para ampliar a igualdade de gênero nas cidades e no meio rural.

No estado do Pará e, particularmente no Nordeste Paraense, os empreendimentos pautados no cooperativismo podem exercer uma função importante como estratégia de fortalecimento do empreendedorismo rural e na ampliação da igualdade de gênero, visto que, segundo Sepúlveda (2003) as relações sociais desenvolvidas pelos empreendedores rurais contribuem para a inovação, competitividade e sustentabilidade.

O cooperativismo também pode contribuir para o empoderamento da mulher, pois segundo Putnam (2002) estruturas sociais de cooperação reforçam normas e valores da comunidade cívica, promovendo maior igualdade entre os indivíduos, no qual a cooperação assim como outros sistemas de participação social, representam uma intensa interação menos hierárquica, em que os agentes têm o mesmo status e poderes, fortalecendo o capital social. É,

portanto, essencial para o equilíbrio das relações de gênero no meio rural ao contribuir com a redução de lacunas, uma vez que segundo Alkire et al., (2013) empoderar a mulher garante acesso e controle sobre os recursos produtivos e promove o aumento da produtividade. Conforme a Organização das Nações Unidas – ONU, alcançar a igualdade de gênero e promover o empoderamento da mulher é um dos objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015).

Diante desse contexto, o objetivo do artigo foi estimar um indicador multivariado para aferir o nível de empreendedorismo e empoderamento da mulher na agricultura familiar do Nordeste Paraense, Amazônia Brasileira.

2 METODOLOGIA

2.1 Área de estudo

O estudo foi realizado em dois municípios do Nordeste Paraense (Cametá e Igarapé-Miri) que ocupam uma superfície de 5.078,16 km² (IBGE, 2010). Os municípios apresentam uma população de 200.588 habitantes. O setor agropecuário possui grande importância socioeconômica, entretanto, a realidade desses municípios é marcada por índices de desenvolvimento humano (IDHM) de 0,577 e 0,547 para Cametá e Igarapé-Miri respectivamente. Estes valores de IDHM, segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano 2010 (PNUD, 2020), são classificados como baixo, denotando grandes vulnerabilidades e disparidades sociais. Dados do IBGE (2017), também, indicam que 19,3% dos estabelecimentos na região são liderados por mulheres, o que evidencia uma participação importante das mulheres nas atividades agropecuárias dessa região (RODRIGUES et al., 2021).

2.2 Coleta e análise de dados

O levantamento de campo foi realizado em outubro de 2019, por meio de entrevistas com agricultoras familiares residentes nos municípios de Cametá e Igarapé-Miri. Foram entrevistadas 40 produtoras por meio de questionários semiestruturados divididos em 4 blocos: Bloco 1 – Perfil socioeconômico; Bloco 2 – Sistema de produção e comercialização; Bloco 3 – Associativismo/cooperativismo feminino e Bloco 4 – Perfil Empreendedor.

A avaliação do empoderamento feminino tomou como referência os cinco “domínios de empoderamento” (5DE) sub-índice do Índice de Empoderamento das Mulheres na Agricultura (WEAI), são eles: Decisões sobre produção; Acesso e poder de decisão sobre os recursos produtivos; controle sobre o uso da renda; liderança na comunidade e alocação de tempo (ALKIRE et al.; 2013). Estes 5 domínios foram adaptados e incorporados ao questionário.

Quanto ao perfil empreendedor utilizou-se como referência o trabalho de Gomes (2006), que avalia o perfil empreendedor da mulher por meio de 5 dimensões: (i) necessidades pessoais; (ii) habilidades e conhecimento sobre o negócio; (iii) habilidades e conhecimentos gerenciais; (iv) habilidades e conhecimentos técnicos; e (v) habilidade de relacionamento interpessoal, cada uma destas dimensões possui um conjunto de atributos que caracterizam o empreendedor.

O índice foi denominado de Índice de Empreendedorismo e Empoderamento da Mulher na Agricultura Familiar (IEEMAF) e foi estimado com o uso do *software* estatístico IBM SPSS *Statistics* 22, versão do estudante. No processamento dos dados foi utilizado a

Análise Fatorial Exploratória (AFE). A adoção desse método permitiu sintetizar um grande número de variáveis em um número reduzido de fatores, e viabilizar a interpretação dos resultados dessas variáveis (HAIR et al., 2005; URBINA, 2007), sem perder as características originais dos dados (MATOS; RODRIGUES, 2019).

O modelo de análise fatorial pode ser apresentado na forma matricial, conforme Dillon e Goldstein (1984):

$$X = \alpha F + \varepsilon \quad (1)$$

X = p-dimensional vetor transposto das variáveis observáveis, denotado por $X = (x_1, x_2, \dots, x_p)$;

F = q-dimensional vetor transposto de variáveis não-observáveis ou variáveis latentes chamadas de “fatores comuns”, denotado por $F = (f_1, f_2, \dots, f_q)$, sendo $q < p$;

ε = p-dimensional vetor transposto de variáveis aleatórias ou fatores únicos, $\varepsilon = (e_1, e_2, \dots, e_p)$;

α = matriz (p, q) de constantes desconhecidas, chamadas de “cargas fatoriais”.

As etapas para estimação do Índice de Empreendedorismo e Empoderamento da Mulher na Agricultura Familiar (IEEMAF), foram as seguintes: primeiramente houve a extração de fatores. A técnica para extração dos fatores foi: componentes principais (*principal components*), que segundo Matos e Rodrigues (2019) é um dos métodos mais comuns, utilizando-se das variáveis originais, produz-se combinações lineares independentes entre si e explicam o máximo da variabilidade. Para facilitar a interpretação dos dados e evitar a indeterminação fatorial foi aplicado o método de rotação ortogonal (varimax), que para a determinação dos fatores seguiu-se um conjunto de critérios: (i) critério do autovalor (eigenvalue); (ii) critério do diagrama de inclinação (Scree test) e (iii) critério da porcentagem de variância acumulada (MATOS; RODRIGUES, 2019).

A metodologia para elaboração do IEEMAF, utiliza-se da combinação linear dos escores fatoriais e a proporção de variância explicada em cada fator:

$$IEEMAF_i = \sum_{j=1}^q \left(\frac{\lambda_j}{\sum_j \lambda_j} FP_{ij} \right), (i = 1, 2, \dots, n) \quad (2)$$

λ = é a variância explicada por cada fator;

$\Sigma \lambda$ = é a soma total da variância explicada pelo conjunto de fatores comuns;

Em seguida foi realizada a padronização dos escores fatoriais (FP), visando à obtenção de valores positivos e permitir a classificação das agricultoras familiares quanto ao seu grau de empoderamento e empreendedorismo. Para fazer com que os valores do IEEMAF variem entre zero e 1 utilizou-se a seguinte fórmula:

$$FP_i = \left(\frac{F_i - F_{min}}{F_{max} - F_{min}} \right) \quad (3)$$

Após essa etapa as agricultoras familiares foram ordenadas e categorizadas em níveis alto, médio e baixo de empreendedorismo e de empoderamento, conforme mostra a Tabela 1.

Tabela 1: Categorização do Índice de Empreendedorismo e Empoderamento da Mulher na Agricultura Familiar (IEEMAF).

Categorização	IEEMAF
Alto	$\geq 0,70$
Médio	$0,50 \geq 0,69$
Baixo	$< 0,50$

Fonte: dados da pesquisa.

Para atestar a adequabilidade dos dados a análise fatorial foram realizados os testes de Bartlett, que com a rejeição da hipótese nula, confirma-se que existe algum tipo de associação entre as variáveis e que elas podem, de fato representar conjuntamente um ou mais traços latentes, devendo ser estatisticamente significante ($p < 0,05$). Também se aplicou o teste de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO), no qual, valores menores ou igual a 0,5 indicam que o tamanho da amostra é inadequado (MATOS; RODRIGUES, 2019). No presente caso, a amostra foi considerada adequada.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Caracterização do perfil empreendedor das agricultoras

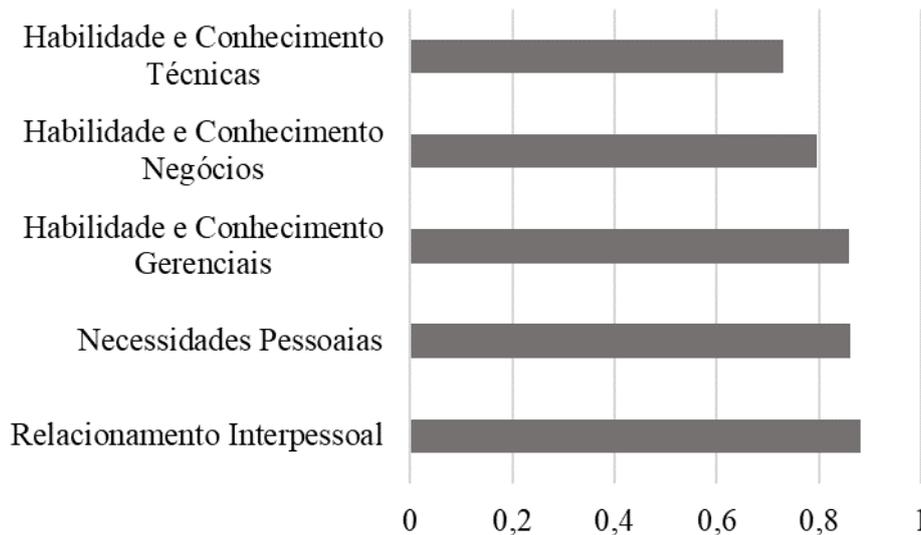
A partir dos resultados sobre as características comportamentais empreendedoras das agricultoras familiares entrevistadas, observou-se quais atributos apresentavam maior peso entre as mulheres. O Gráfico 1, mostra que o Relacionamento interpessoal teve maior expressão. Nessa dimensão foram considerados atributos como administração participativa, integridade, liderança e redes de contatos. Envolve ações coletivas como prioridade, princípios como honestidade e coerência, capacidade de liderança. Essa resposta é condizente com o perfil das respondentes por se tratar de mulheres que trabalham em cooperativas e associações de produtores rurais.

Considerando esse atributo específico dentro da característica que contempla habilidade de relacionamento, todas as respondentes declararam ter grande interesse em abrir negócios e empreender de forma cooperativa, expressando uma alta consciência coletiva. Estudo nesse sentido aponta para o chamado empreendedorismo social. Conceitos como empreendedorismo social e inovação inclusiva vem ganhando força como uma das estratégias que podem impulsionar o desenvolvimento local (BRUTON et al. 2015).

Na perspectiva da agricultura familiar, particularmente das mulheres rurais, que sofrem limitações no acesso aos instrumentos de produção, a cooperação entre agricultoras pode representar efeito expressivo na redução de lacunas de gênero. Os agricultores podem viabilizar economias de escala na aquisição de insumos, assim como podem melhorar seus padrões de produção e comercialização, acessarem crédito, transporte, assistência técnica, também contribuindo com a criação de empregos e proporcionar maior desenvolvimento local (ENGEL; ALMEIDA; DEPONTI, 2014), com a agricultura sendo enquadrada como empreendedorismo social e representando para as mulheres o desejo de serem empoderadas e autossuficientes (GRAMM; TORRE; MEMBRETTI, 2020).

Em um estudo sobre a relação das mulheres com o poder (JONATHAN, 2011), ao analisar características de liderança femininas, foi observado que as mulheres tendem a construir redes sociais em prol das melhorias para elas, buscando promover inclusão social e profissional.

Gráfico 1: Ordem de atributos com maior peso entre as mulheres dos municípios da mesorregião nordeste do estado do Pará.



Fonte: dados de pesquisa.

Entretanto é importante destacar que no Brasil o empreendedorismo pode, por parte de algumas mulheres, representar uma estratégia de sobrevivência, especialmente em regiões mais pobres, onde predominam negócios informais e elevados índices de desemprego, muitas vezes estes negócios são abertos sem qualquer planejamento. Segundo o Global Entrepreneurship Monitor (GEM, 2018) essas são características que classificam os chamados empreendedores por necessidade, que não tem outra oportunidade de geração de renda e ocupação, entretanto, podem existir indivíduos que tem identificação e aproveitam oportunidades para criar seus negócios.

Esses resultados são importantes na caracterização do perfil das mulheres. Segundo Filion (1997) para conhecer o empreendedor é necessário compreender suas características, habilidades e competências. Essas características, segundo Bernardi (2019), podem incluir pontos de personalidade como: senso de oportunidade, dominância, agressividade, autoconfiança, otimismo, independência, persistência, flexibilidade, criatividade, propensão aos riscos, liderança carismática, habilidade de equilibrar “sonho” e realização e habilidade de relacionamento (AMADOR-RUIZ; JUSTA & PEÑALVER, 2017).

Há três correntes predominantes de estudo do empreendedorismo: economistas (SCHUMPETER, 1997) pioneiro ao associar o empreendedor à inovação; os comportamentalistas (MCCLELLAND, 1972) que consideram aspectos criativos e intuitivos das atitudes do empreendedor, responsável pelas transformações no ambiente organizacional, possibilitando o desenvolvimento de novas tecnologias, novos procedimentos gerenciais e a corrente sociológica (HOFSTEDE, 1980 e 1983; WEBER, 1982) que consideram a influência

da cultura e estruturas sociais sobre a atividade empreendedora (OLIVEIRA; SILVA; ARAÚJO, 2014).

Salienta-se que a corrente comportamental configura-se neste trabalho, como a mais adequada na construção do perfil, visto que as definições tradicionais de empreendedor como: agente de inovação; tomador de riscos; força estabilizadora; fundador ou possuir e administrar um negócio, são pouco abrangentes considerando o contexto das zonas rurais (TYSON; PETRIN; ROGERS, 1994).

3.2 Índice de Empreendedorismo e Empoderamento da Mulher na Agricultura Familiar (IEEMAF)

O teste de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) foi da ordem de 0,777, neste caso, conforme classificação de Field et al. (2012), é considerado um resultado “bom” estando entre 0,7 - 0,8. O teste esfericidade de Bartlett's, apresentou valor de 150,511, significativo a 1% de probabilidade (Tabela 2). Com isso, aceita-se a hipótese alternativa. Há correlação entre as variáveis, descartando a hipótese nula em que a matriz de correlação seria uma matriz identidade. Portanto, com estes resultados, atesta-se a adequabilidade da amostra ao modelo de análise fatorial.

A partir da análise fatorial, foi possível a obtenção de fatores lineares e independentes, o modelo estimado permitiu a identificação de três fatores que explicaram 69,43% da variabilidade dos dados. Hair et al. (2005) sugerem o patamar de 60% como aceitável de variância acumulada nas ciências humanas e sociais. O fator 1 explicou 33,03% da variância total, o fator 2 (21,23%) e o fator 3 (15,16%), na Tabela 2 apresenta-se a matriz de carga rotacionada com as variáveis que compõem cada fator.

Tabela 2: Matriz de cargas fatoriais após a rotação ortogonal pelo método Varimax e Comunalidades.

Variáveis	F1	F2	F3	Comunalidades
Necessidades pessoais	0,846	0,037	-0,089	0,725
Habilidades e conhecimentos em negócios	0,779	-0,048	0,353	0,734
Habilidades e conhecimentos gerenciais	0,807	0,319	-0,130	0,770
Habilidades e conhecimentos técnicos	0,696	0,325	0,310	0,685
Habilidade de relacionamento interpessoal	0,741	0,253	-0,013	0,613
Participação nas decisões de produção e comercialização	0,120	0,776	-0,064	0,620
Nível de envolvimento com a associação/cooperativa	0,281	0,832	0,034	0,772
Participação em cursos	0,046	0,739	0,446	0,747
Nível de instrução	0,422	0,027	0,614	0,556
Renda familiar	-0,153	0,088	0,831	0,721
Variância explicada (%)	33,03	21,23	15,15	-
Variância acumulada (%)	33,03	54,26	69,43	-

Fonte: dados da pesquisa.

Notas: KMO = 0,777, Teste de Bartlett's = 150,511, significativo a 1% de probabilidade.

De modo geral, como observado na tabela 2, grande parte da variabilidade das variáveis foram explicadas pelos fatores estimados, pois a maioria dos valores das

comunalidades foi superior a 0,7. A menor comunalidade foi observada na variável Nível de instrução (0,556), denotando uma parte considerável da variância não explicada pelos fatores, porém, é uma variável muito importante na mensuração, e sua manutenção no modelo foi embasada pela teoria comportamental, ao compreender uma importante característica do perfil empreendedor.

O primeiro fator agrupou as seguintes variáveis: Necessidades pessoais, Habilidades e conhecimentos em negócios, Habilidades e conhecimentos gerenciais, Habilidades e conhecimentos técnicos e Habilidade de relacionamento interpessoal, esse fator foi denominado “Características e habilidades empreendedoras”. Essas variáveis são compostas por diversos atributos e estão ligadas ao negócio, e apresentam relações positivas com o fator, à medida que são características de indivíduos com perfil empreendedor.

Esse fator é importante sob o ponto de vista teórico, pois no empreendedorismo, considera-se fundamental a capacidade de gerar capital social e humano do indivíduo, e ou, de uma comunidade na busca de desenvolver formas de solucionar problemas e dar-lhes oportunidades futuras (ZARPELLON, 2010). Em meio a tanta desigualdade dentro do mercado de trabalho, as mulheres, neste cenário, têm buscado cada vez mais protagonismo, e uma forma de alcançá-lo é por meio do empreendedorismo, pois segundo Gomes (2006), independente do gênero, as pessoas são motivadas a empreender para obter senso de realização, independência e oportunidades no mercado de trabalho.

O segundo fator agrupou as variáveis: Participação nas decisões de produção e comercialização, Nível de envolvimento com a associação/cooperativa e a variável Participação em cursos. Denominado “Ação cooperativa”. Esse fator é construído a partir da ação e organização dessas mulheres, visto que à medida que, ampliam seu papel dentro destas organizações econômicas, percebem um efeito direto na participação sobre a produção e as decisões de comercialização, dado seu papel como cooperadas e não apenas como “ajudantes do marido”. Observou-se também que a partir de seu maior envolvimento nas associações de produtores e cooperativas, houve a ampliação de seu acesso a cursos de capacitação, propiciadas pelo esforço da comunidade na busca por maior educação, com forte efeito sobre as características dos sistemas produtivos onde estão inseridas.

As organizações criadas, em geral por comunidades locais, apresentam entre seus valores e princípios, segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), a posse coletiva dos meios de produção, gestão democrática, educação, formação e informação, autogestão, solidariedade e sustentabilidade, equidade, justiça social, dentre outros importantes princípios no desenvolvimento de suas atividades (OCB, 2017).

Estes princípios são apontados por alguns estudos como uma forma de impulsionar o empreendedorismo e ainda propiciar o empoderamento da mulher, como observado nos estudos de Bastida et al.:(2020) na Espanha, observou que os princípios do cooperativismo são um dos fatores que mais influenciam a participação feminina em cooperativas, analisando o envolvimento delas, considerando suas expectativas sociais e econômicas, assim como as necessidades individuais, constatou que para elas foi possível alcançar avanços na carreira e evitar o subemprego, perda de salário e insegurança de longo prazo, dando-lhes a oportunidade de vislumbrar um maior desenvolvimento pessoal e profissional, em ambiente com maior igualdade cujo modelo pôde aumentar o empoderamento e diminuir a diferença de gênero.

Estudando o empreendedorismo social das mulheres Dalkiran (2017), destacou que o empreendedorismo feminino em cooperativas pode facilitar o progresso no cumprimento das

metas de desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, o empreendedorismo feminino é fortemente relacionado a igualdade de gênero (DAL MAS; PAOLONI, 2019), não só considerando a utilização dos recursos naturais, que deve ser abordado de forma a considerar a biodiversidade, conservação e o uso racional destes recursos, mas também considera a dimensão social pela necessidade de haver o alcance de patamares satisfatórios de homogeneidade social, distribuição justa de renda e emprego pleno (SACHS, 2002).

Entretanto, estes princípios e valores, segundo Pérez (2017), que são do interesse das sociedades cooperativas e de natureza inerente a elas, ainda que, por incluir a igualdade de gênero de forma direta e transversal, acrescenta que essa relação é uma perspectiva que precisa de mais desenvolvimento doutrinário e jurídico, por verificar que as cooperativas estão longe de cumprir plenamente esses princípios.

O terceiro fator foi denominado “Nível de instrução e renda familiar”, pois agrupou estas duas variáveis que apresentam relação direta com a ampliação de oportunidades, com maior visibilidade da mulher e remuneração pela sua mão de obra. Considerando essa dimensão, segundo o Banco Mundial (2011) em um relatório sobre desenvolvimento abordando a igualdade de gênero, observa-se que as mulheres enfrentam discriminação nos mercados ou instituições societárias que as impedem de concluir sua educação, ocupar determinados cargos e ganhar os mesmos salários dos homens, resultando em perdas econômicas.

Todavia, um importante autor, em sua experiência no fomento de microcrédito, Yunus (2003), constatou que no âmbito familiar os recursos financeiros, quando utilizado por uma mulher, beneficia mais o conjunto dos membros comparativamente ao homem. E também observou por parte delas maior preocupação com a fome e a pobreza, e percebeu que o fomento de crédito a elas produzia rapidamente mudanças, denotando assim, a importância da participação da mulher na renda familiar, como observado no terceiro fator, para atingir maiores índices de empoderamento feminino. Nesse sentido, dar oportunidades de trabalho as mulheres e incentivar iniciativas empreendedoras que garantam o acesso a renda, pode representar um avanço substancial na melhoria da qualidade de vida da família.

A partir da obtenção dos valores das cargas fatoriais (Tabela 2), para identificação de quais variáveis formam dimensões latentes, seguida da denominação dos fatores, visando facilitar a análise, utilizou-se os escores padronizados para elaborar o Índice de Empreendedorismo e Empoderamento da Mulher na Agricultura Familiar (IEEMAF), apresentado na Tabela 3.

A classificação foi realizada de modo que valores iguais ou superiores 0,7 são considerados altos, representando o maior grau de adequação destas dimensões, podendo essa agricultora servir de parâmetro ou modelo de liderança na comunidade, valores entre 0,50 e 0,69, representam índices médios, necessitando medidas que potencializem os resultados intermediários por elas apresentados, e inferiores a 0,50 são considerados baixos, correspondem a mulheres com menor perfil empreendedor e menor participação no sistema produtivo familiar.

Tabela 3: Escores fatoriais e Índice de Empreendedorismo e Empoderamento da Mulher na Agricultura Familiar (IEEMAF).

Agricultora	F1	F2	F3	FP1	FP2	FP3	IEEF	Categorização
4	0,6765	1,0732	0,5681	0,8026	0,9412	0,5493	0,8204	Alto
16	1,0965	0,5066	0,9539	0,8915	0,7868	0,6472	0,7906	Alto
11	0,9213	0,6409	-0,7803	0,8544	0,8234	0,207	0,7863	Alto
21	1,6084	-0,4227	-0,4621	1	0,5336	0,2878	0,7835	Alto
24	0,3657	1,2213	-0,8832	0,7367	0,9815	0,1809	0,7649	Alto
31	-0,0126	0,4807	-0,2317	0,6566	0,7797	0,3463	0,7287	Alto
25	0,3369	0,4052	0,4639	0,7306	0,7592	0,5228	0,7262	Alto
29	0,6788	1,1967	-0,4348	0,8031	0,9748	0,2947	0,7244	Alto
26	0,9466	0,6846	1,0454	0,8598	0,8353	0,6705	0,7212	Alto
9	-0,4938	1,2891	-0,8654	0,5547	1	0,1854	0,7071	Alto
28	0,403	1,0593	-1,3254	0,7446	0,9374	0,0686	0,7053	Alto
20	1,1812	-0,1492	-0,705	0,9095	0,6081	0,2261	0,6815	Médio
19	1,3396	-0,3558	-0,0133	0,9431	0,5518	0,4017	0,6668	Médio
22	-0,1197	1,071	1,0122	0,6339	0,9406	0,662	0,649	Médio
35	0,817	-0,3476	-1,1233	0,8324	0,554	0,12	0,6465	Médio
36	1,2458	-1,0929	-0,1334	0,9232	0,3509	0,3712	0,6416	Médio
30	-0,1967	0,8799	-0,7985	0,6176	0,8885	0,2024	0,6412	Médio
2	-0,3208	0,2546	1,4059	0,5913	0,7181	0,762	0,6333	Médio
18	-0,4413	0,8862	2,3436	0,5658	0,8902	1	0,6292	Médio
3	-1,102	1,2507	0,7909	0,4258	0,9896	0,6058	0,6252	Médio
14	-0,4573	1,0107	-1,5644	0,5624	0,9241	0,008	0,6038	Médio
15	-0,6299	0,0888	-0,6289	0,5259	0,6729	0,2454	0,5973	Médio
1	-1,3014	0,5999	1,1513	0,3836	0,8122	0,6973	0,5973	Médio
13	0,0155	0,9782	-0,8036	0,6626	0,9153	0,2011	0,5969	Médio
38	0,616	-1,5295	0,9533	0,7898	0,232	0,6471	0,593	Médio
40	-0,3895	-1,1867	-0,3306	0,5768	0,3254	0,3212	0,5923	Médio
37	0,0864	-1,0303	0,1182	0,6776	0,368	0,4351	0,5762	Médio
5	0,6012	-0,3005	1,1225	0,7866	0,5668	0,69	0,5681	Médio
39	0,5734	-0,8726	1,043	0,7808	0,411	0,6698	0,5673	Médio
32	-0,1262	0,2961	1,6121	0,6326	0,7294	0,8143	0,5665	Médio
33	-0,0659	-0,9076	-0,8291	0,6453	0,4014	0,1946	0,5477	Médio
12	0,4782	-0,8718	0,7129	0,7606	0,4112	0,5861	0,5315	Médio
27	0,3688	-0,5759	-0,5738	0,7374	0,4918	0,2594	0,5162	Médio
34	-0,4417	-0,6079	0,5317	0,5657	0,4831	0,5401	0,4431	Baixo
10	-1,3632	0,2411	0,8821	0,3705	0,7144	0,629	0,44	Baixo
6	0,4549	-1,7551	-1,2265	0,7556	0,1705	0,0937	0,4138	Baixo
8	-0,5713	-1,0327	-1,5958	0,5383	0,3673	0	0,4089	Baixo
23	-0,8293	-1,7858	-0,5179	0,4836	0,1621	0,2736	0,3192	Baixo
7	-3,1123	1,0905	-1,557	0	0,9459	0,0098	0,2892	Baixo
17	-2,8364	-2,3808	0,673	0,0585	0	0,5759	0,2462	Baixo

Fonte: dados da pesquisa.

Do total de mulheres agricultoras, 11 (27,5%) apresentaram altos índices de empreendedorismo e empoderamento feminino, 22 (55%) médio e 7 (17,5%) baixo (Tabela 3). O maior índice foi observado para a agricultora 4 (IEEMAF = 0,8204), ainda que menos expressivo nos fatores 1 e 3, apresentou o maior desempenho com forte efeito do segundo fator “Ação cooperativa”. Podendo este resultado estar associado a importância da organização social na ampliação da participação ativa da mulher como produtora, resultando em maior empoderamento sobre as decisões produtivas, tanto antes da porteira, considerando o momento da escolha do que produzir, quanto depois da porteira, no momento da comercialização da produção.

A organização social, como sistemas de cooperativas tem efeitos importantes na correção de desvantagens e no seu processo de empoderamento. Estudo nesse sentido de Haugh e Talwar (2016) com mulheres e uma empresa social rural no norte da Índia, mostrou que a organização social promoveu o aumento na confiança, liberdade, orgulho e contentamento, independência, renda, promovendo seu empoderamento econômico, social e político. Essas organizações comunitárias ou agrícolas são grupos de trabalho que constituem uma nova e promissora forma de capital social (ABDELALI-MARTINI; PRICK, 2015), e ajudam na reflexão para compreender o agricultor enquanto empreendedor (TOMEI; SOUZA, 2014).

O percentual de 55% das mulheres que apresentaram índices médios com resultados intermediários e até com escores fatoriais negativos em algumas dimensões do IEEMAF, aponta para a necessidade de trabalhar caso a caso, a fim de garantir um maior equilíbrio relativo na participação da maioria das dimensões que compõem os fatores. A importância de estimular essas mulheres a desenvolverem suas competências e características empreendedoras é essencial na garantia da melhoria da sua qualidade de vida.

Ao estudar o impacto das competências empresariais na segurança alimentar entre agricultores em KwaZulu-Natal, Sinyolo e Mudhara (2018), constataram que o incentivo ao empreendedorismo por meio do desenvolvimento de competências empreendedoras exerceu efeitos significativos na ampliação da segurança alimentar entre as famílias rurais, sendo possível trabalhar competências estratégicas e estimular a busca por informação, inovação, reconhecimentos de mercados e gestão e, assim, contrapor restrições estruturais e conjunturais a que as mulheres estão submetidas.

Esse resultado, ainda que médio para o empoderamento e empreendedorismo, representam o maior percentual de mulheres da amostra, podendo ser visto como uma tendência positiva de crescimento da participação da mulher como agente produtivo. Segundo Rhein e Berrá (2017), as mulheres vêm ocupando espaços que antes eram vistos como atividades masculinas, pautados em fatores físicos e biológicos que as condicionavam como inferiores aos homens, e atualmente assumem papéis fundamentais e de destaque na hierarquia da propriedade, atuando em novas funções e tarefas como o controle administrativo e a participação nas tomadas de decisões produtivas.

Entretanto, observa-se que essa tendência não depende apenas do perfil individual, esses resultados médios demonstram uma grande heterogeneidade na realidade dessas agricultoras, com efeito tanto de sua interação com o sistema e de suas relações de trabalho como de sua vocação pessoal na delimitação e construção de suas características empreendedoras, como é o exemplo da agricultora 20, que apresentou valores altos para o fator 1 “Características e habilidades empreendedoras”, entretanto escores negativos para os

fatores 2 e 3, dessa maneira, apesar de ter naturalmente um perfil empreendedor na busca por independência, não pode expressar sua potencialidade em um ambiente com alto nível de privações, demonstrando o papel do ambiente e das relações de gênero sobre o desenvolvimento do seu perfil empreendedor e de maiores índices de empoderamento feminino.

Um percentual de 17,5% das mulheres apresentou baixos IEEMAF, inferiores a 0,50, observando os escores fatoriais de forma ampla, todas apresentaram resultados com lacunas em no mínimo duas dimensões fatoriais, com escores negativos, principalmente no primeiro e segundo fator que apresentam maior poder de explicação do fenômeno, o que pode ser interpretado como efeito das complexas relações de gênero por elas vivenciadas. Esse resultado foi característico, em especial, para a produtora 17 que não apresentou nenhuma participação na tomada de decisão quanto a comercialização, realidade essa observada em 25% das mulheres entrevistadas. Segundo Spanevello, Matte e Boscardin (2016), nesses ambientes há predominância da direção e tomada de decisão masculina, com autonomia feminina apenas em algumas atividades que não são centrais na geração de renda.

Segundo Carnegie et al. (2020), ao analisarem as normas que sustentam papéis de gênero, observaram que os estereótipos de gênero ainda restringem as mulheres e homens em papéis e responsabilidades diferentes, em que as mulheres são limitadas, principalmente, na participação em decisões produtivas, configurando-se também como uma das principais barreiras para participação das mulheres na aprendizagem técnica, reforçando vieses inconscientes de seu status de “subordinada”. Estes autores destacam que outro importante fator para essa realidade corresponde ao tempo, considerando que muitas tem que conciliar trabalho e os cuidados com os filhos.

Outro fator observado por Tomei e Souza (2014), ao analisarem a capacidade empreendedora de agricultores, refere-se às limitações dentro do empreendedorismo em áreas rurais, onde prevalece a falta de educação formal, afetando suas capacidades de liderança, inovação e de aprendizagem.

Em última análise, este cenário alinha-se em parte a conjuntura socioeconômica e relações as quais os agentes produtivos estão envolvidos nas diversas cadeias produtivas agrícolas da região, sendo importante considerar que modelos organizacionais de relações de poder predominantemente horizontal, aliado a organização social, podem promover a formação de capital em uma perspectiva endógena de desenvolvimento que conforme Barquero (2001), tem como fator central a acumulação de capital e a organização dos sistemas produtivos locais, condicionando a produtividade e a competitividade de economias nestas regiões. E nesse contexto está a necessidade de organização social, a fim de promover o desenvolvimento e reduzir lacunas de gênero, na promoção não apenas do empoderamento da mulher como no desenvolvimento local.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estimuladas pelas oportunidades e muitas vezes, pelas necessidades, as mulheres empreendedoras urbanas e rurais estão escrevendo um novo capítulo na história do empreendedorismo mundial. Este fenômeno requer pesquisas científicas voltadas para entender os fatores que mais impactam a atividade profissional das mulheres, tais como, as diferenças de gênero, o conflito trabalho-família, questões econômico-financeiras, socioculturais e psicológicas.

Constatou-se elevado percentual de mulheres agricultoras que apresentam nível médio de empoderamento e empreendedorismo. Para muitas dessas mulheres a realidade é extremamente limitante, marcada por grandes lacunas de gênero e influência negativa do ambiente no desenvolvimento de suas habilidades empreendedoras, principalmente, quando submetidas a condições de privações de liberdades.

O Índice de Empreendedorismo e Empoderamento da Mulher na Agricultura Familiar (IEEMAF) se mostrou adequado na identificação dos níveis de empreendedorismo e empoderamento das mulheres agricultoras na região pesquisada, podendo ser utilizado como indicador para identificar as principais limitações e potencialidades dessas empreendedoras, levando em consideração as características individuais das agricultoras, as particularidades locais e o ambiente institucional.

REFERÊNCIAS

ABDELALI-MARTINI, M.; PRICK, J.D. Does the feminisation of agricultural labour empower women? insights from female labour contractors and workers in northwest Syria. **Journal of International Development**, v.27, n. 7, p. 898–916, 2015.

ALKIRE, S.; MEINZEN-DICK, R.; PETERMAN, A.; QUISUMBING, A.R.; SEYMOUR, G.; VAZ, A. The Women's Empowerment in Agriculture Index. **OPHI Working Papers**. v.52, n. 58, p. 71-91, 2013.

AMADOR-RUIZ, JUSTA & PEÑALVER, ANTONIO. (2017). Study of female entrepreneurship: an empirical evidence in the Municipality of León in Nicaragua. **Tourism & Management Studies**. 13. 73-82. 10.18089/tms.2017.13308.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO. **Todas as Mulheres do Agronegócio**. São Paulo, SP.:ABAG,2017. Disponível em: <http://www.abag.com.br/media/files/sumario-pesquisa-mulheres-do-agro-2017-compressed.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2020.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Brasília, PNUD BRASIL.: IPEA.: FJP, 2020. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/consulta>. Acesso em: 14 set. 2020.

BANCO MUNDIAL. **World development report 2012: gender equality and development**. Washington, D.C.: World Bank, 2011. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/4391>. Acesso em :22 jun.2019.

BARQUERO, V. A. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.280 p.

BASTIDA, M.; PINTO, L.H.; BLANCO, A.O.; CANCELO, M. Female Entrepreneurship: Can Cooperatives Contribute to Overcoming the Gender Gap? A Spanish First Step to Equality. **Sustainability**, v.12, n.6, mar. P. 1- 17, 2020.

BERNARDI, L. A. **Manual de empreendedorismo e gestão: fundamentos, estratégias e dinâmicas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

BRUTON, G. D.; AHLSTROM, D.; SI, S. Entrepreneurship, poverty, and Asia: Moving beyond subsistence entrepreneurship. **Asia Pacific Journal of Management**, United States, v. 32, n. 1, p. 1–22, 2015.

CARNEGIE, M.; CORNISH, P.S.; HTWE, K. K.; HTWE, N.N. Gender, decision-making and farm practice change: An action learning intervention in Myanmar. **Journal of Rural Studies**, v. 78, n 1. p. 503-515, Sept. 2020.

DAL MAS, F.; PAOLONI, P. A relational capital perspective on social sustainability; the case of female entrepreneurship in Italy, **Measuring Business Excellence**, v. 24, n. 1, p. 114-130, nov.2019.

DALKIRAN, G.B. The support of women-work within cooperative enterprises: Sample of Turkey. **Sosyal Bilimler Araştırma Dergisi**, v. 6, n. 3. p. 1–11, Set. 2017.

ENGEL, V.; ALMEIDA, G. G. F. DE; DEPONTI, C. M. Agricultura familiar no contexto das cooperativas rurais: o caso da Ecocitrus. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 34, n. 1, p. 59–81, 2014.

FILION L. J. **From Entrepreneurship to Entreprenology**. HEC, The University of Montreal Business School,1997.

GIMENES, A. M; SOUZA, E. C; NUNES, L. C; SILVA, J. B. Mulheres empreendedoras: conquistando espaço no setor empreendedor. **Revista Eletrônica Saber**, v. 1, p. 1, 2017.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. **Empreendedorismo no Brasil**. Curitiba.: IBQP, 2018. Disponível em: <https://atendimento.sebrae-sc.com.br/wp-content/uploads/2019/05/1551466386GEM_2018.pdf>. Acesso em: 14nov. 2019.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. **Empreendedorismo no Brasil**. Curitiba.: IBQP, 2015. Disponível em: <[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/c6de907fe0574c8ccb36328e24b2412e/\\$File/5904.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/c6de907fe0574c8ccb36328e24b2412e/$File/5904.pdf)>. Acesso em: 14 nov. 2019.

GOMES, A.F. **Mulheres empreendedoras**. 1. Ed. Vitória da Conquista: Edições Uesb,2006, p.172.

GRAMM, V.; TORRE, C. D.; MEMBRETTI, A. Farms in progress-providing childcare services as a means of empowering women farmers in South Tyrol, Italy. **Sustainability (Switzerland)**, v. 12, n. 2, p. 1–18, 2020.

HAIR Jr., J.F.; BLACK, W.C.; BABIN, B.J.; ANDRESON, R.E.; TATHAM, R.L. **Multivariate Data Analysis**. 6th ed. Upper Saddle River, N.J.:Pearson Prentice Hall, 2006. 899 p.

HAUGH, H. M.; TALWAR, A. Linking Social Entrepreneurship and Social Change: The Mediating Role of Empowerment. **Journal of Business Ethics**, v. 133, n. 4, p. 643–658, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Brasília:IBGE, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf>. Acesso em: 12 set. 2019.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **World Employment and Social Outlook: Trends 2020**. International Labour Office. Geneva.: ILO, 2020. Disponível em: <https://www.ilo.org/global/research/global-reports/weso/2020/WCMS_734455/lang--en/index.htm>. Acesso em: 15 set. 2020.

JONATHAN, E. G. Mulheres empreendedoras: O desafio da escolha do empreendedorismo e o exercício do poder. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 65–85, 2011.

MATOS, D.A.S.; RODRIGUES, E.C. **Análise fatorial**. Brasília: Enap, 2019. 74 p.

MCCLELLAND, D. C. **The achieving society**. 1961.(New York: The Free Press).

OLIVEIRA, J. R. C.; SILVA, W. A. C.; ARAÚJO, E. A. T. Características comportamentais empreendedoras em proprietários de mpes longevas do vale do mucuri e Jequitinhonha/MG. RAM. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 15, n. 5, p. 102–139, 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **Fundamentos do cooperativismo**. Brasília: Sistema OCB, 2017. (Série cooperativismo). 72p.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. **FAO lança quarta edição da campanha "Mulheres Rurais, Mulheres com Direitos**. [S.l].:FAO,2019. Disponível em: <http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1184620/>. Acesso em: 16 fev. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolución 70/1**. Assembleia Geral Index: A/70/L.1, 25 de sept. de 2015.Disponível em: <https://unctad.org/meetings/es/SessionalDocuments/ares70d1_es.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2019.

PÉREZ, I.V. Principios y valores cooperativos, igualdad de género e interés social en las cooperativas. España. **Revista Jurídica de Economía Social y Cooperativa**, v.1, n. 30, p. 47-83, jun.2017.

RHEIN, T.H.; BERRÁ, L. Desafio da mulher na gestão das propriedades. **Destaques Acadêmicos**, Lajeado, v. 9, n. 1, p. 111-126, 2017.

RODRIGUES, A. S. M., GASPAR, L. C. S., RODRIGUES, D. R., & AFONSO, H. C. A. D. G. Fatores Críticos Relacionados ao Empreendedorismo Feminino. **Espacio Abierto**. v.30, n,1, p 75-96, Jan./Mar. 2021.

RODRIGUES, H. E.; COUTO, M. H. S. H. F.; SILVA, R. N. P.; BRABO, M. F.; SANTOS, M. A. S. Mulheres na agricultura familiar: uma análise no estado do Pará. **Guaju Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável**, v. 7, n.2, p. 237-263, 2021.

SCHUMPETER J.A **Theorie der wirtschaftlichen Entwicklung**, 1.ed. Duncker & Humblot, Leipzig. 1911.

SILIPRANDI, E. Pobreza Rural, agricultura e segurança alimentar: os muitos caminhos do empoderamento das mulheres. *In*: BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Desenvolvimento Sustentável e Igualdade de Gênero**. 1.ed. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012, p. 22-28.

SINYOLO, S.; MUDHARA, M. The Impact of Entrepreneurial Competencies on Household Food Security Among Smallholder Farmers in KwaZulu Natal, South Africa, **Ecology of Food and Nutrition**. v.57, n.2, p.71-93, Dec. 2018.

SPANEVELLO, R. M.; MATTE, A.; BOSCARDIN, M. Crédito rural na perspectiva das mulheres trabalhadoras rurais da agricultura familiar: uma análise do Programa Nacional de

Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). **Revista Latino americana**, Santiago, v. 15, n. 44, p. 393- 414, 2016.

TOMEI, P. A.; SOUZA, D. A. A. L. Análise das barreiras que dificultam a transformação do agricultor familiar em empreendedor rural no contexto brasileiro. **Revista Ibero-Americana de Estratégia**. v. 13, n. 3, p. 107-122, 2014.

TYSON, L. D. A.; PETRIN, T.; ROGERS, H. Promoting entrepreneurship in Eastern Europe. **Small Business Economics**, v. 6, n. 3, p. 165–184, 1994.

YUNUS, M.; JOLIS, A. **Banker to the Poor: Micro-Lending and the Battle against World Poverty**. New York, NY: PublicAffairs, 2003. 289 p.

ZARPELLON, S. C. O empreendedorismo e a teoria econômica institucional. **Revista Iberoamericana de Ciências Empresariais y Economía**, v.1, n.1, p. 47-55, 2010.

*Recebido em 22/01/2023
Aprovado em 28/02/2023*